

# Contradição na economia

15 NOV 1990

Alberto Veiga

JORNAL DE BRASÍLIA

Há variados pontos de vista sobre a razão pela qual se deva (ou não) ter um entendimento nacional. Até mesmo o Governo não possui, sobre isto, uma visão consensual. Ficou evidente, desde o início, que a sua equipe econômica não via com bons olhos essa iniciativa que foi, aparentemente, tomada por motivos puramente políticos.

No entanto, uma vez instituído, o entendimento nacional teria que ser digerido. E hoje, para os responsáveis pela política econômica, ele é visto sob a única ótica que interessa aos seus planos: a do combate à inflação. É deste ângulo, portanto, que deve ser analisada a posição a ser assumida pelas entidades participantes, a não ser que se deseje tão-somente formular diretrizes de longo prazo, deixando em branco o delicado período de luta pela estabilização que o País atravessa.

Como, obviamente, este não é o caso, cabe entender o estágio ora atingido pela política antiinflacionária. E sobre isto, as explicações da ministra Zélia Cardoso de Mello não têm deixado margem à dúvida. A suposição do Governo, desde o início, era de que um choque monetário e uma política fiscal austera deveriam trazer rapidamente os preços a relativa estabilidade, após as previsíveis acomodações que caracterizariam o período pós-congelamento. O insucesso dessa estratégia levou a outra suposição: a de que uma "cultura inflacionária" e imperfeições do mercado seriam os próximos inimigos a enfrentar. Tais variáveis, segundo o Governo, teriam o condão de perpetuar o impulso da inflação, não podendo ser contida senão por correspondente aperto do torniquete monetário. O ímpeto recessivo dessa política seria tanto maior quanto mais persistentes fossem as forças contrárias, emanadas da sociedade, que, ao insistir em reajustar preços e salários, seria o próprio mecanismo regulador do torniquete, impondo-se ou não uma autoflagelação. Acredita o Governo, ainda, que a distribuição das penalidades seria diretamente proporcional ao grau de ineficiência dos agentes econômicos, o que, de quebra, sanearia o mercado de participantes indesejáveis.

Essa tese de masoquismo econômico esbarra, porém, em várias e relevantes dúvidas que não foram ainda esclarecidas às vítimas. A primeira é quanto à exatidão das políticas monetária e fiscal aplicadas. Teriam sido elas suficientemente corretas? Teriam seus diversos instrumentos sido aplicados nas doses certas? A continuidade do processo inflacionário seria de-

vido às causas alegadas pelo Governo ou a falhas na aplicação das medidas antiinflacionárias iniciais? Não poderiam estas ter deixado algum resíduo inflacionário? Vários analistas de peso têm apontado falhas, que — se confirmadas — levariam o atual "aperto" econômico a completa irrelevância e a um custo social tão severo quanto desnecessário.

Suponha-se, por outro lado, que a premissa adotada pelo governo seja correta. Será, neste caso, acertado o remédio aplicado? Teriam que ser vítimas desse torniquete todos os agentes econômicos? Não — diria o Governo —, conseguirão safar-se, com menores cicatrizes, os mais eficientes.

Ora, tudo leva a crer que acontecerá justamente o contrário. Faz-se aqui uma enorme confusão entre eficiência econômica e solidez financeira. Veja-se o porquê.

O argumento da equipe econômica é de que o Governo luta pela prevalência das regras de mercado, porque crê que a competitividade é fator determinante da eficiência (como, de fato, comprova a teoria econômica). Assim, os setores mais competitivos da economia brasileira — também aqueles que reúnem a maior e mais desassistida parcela da população — seriam os mais eficientes e, portanto, os menos atingidos pelo arrocho monetário.

Ora, esta afirmação é absolutamente enganosa. Participar de mercados altamente competitivos significa abrir mão de lucros econômicos e manter exclusivamente a remuneração devida aos fatores, inclusive capacidade gerencial. Isto significa que as empresas competitivas são as que menos gorduras possuem para derreter, ou seja, detêm exíguas reservas financeiras, a despeito de produzirem com alta eficiência. Portanto, sob uma política monetária restritiva que, de chofre, eleva acentuadamente os custos financeiros, são estas empresas as que menos resistem a curto prazo, já que não podem saldar seus débitos de imediato, passando a inadimplentes e, eventualmente, sendo alijadas do mercado.

Desta forma, os setores econômicos mais prejudicados por essa política seriam a agricultura e a pequena indústria e o comércio varejista, justamente os que, no discurso do Governo, mais interessaria preservar.

Como contornar este problema? Em primeiro lugar (e aceitando-se a tese da "cultura inflacionária"), é preciso identificar a forma pela qual os setores competitivos participariam do impulso

inflacionário. Argumenta o governo que essa participação não possui correspondência direta com os mercados, mas que ocorre em decorrência do hábito, já arraigado, de reajustar preços em função da inflação passada (indexação informal) ou como defesa contra aumentos que tenham sido ou possam vir a ser impostos por seus fornecedores.

Evidentemente, tal argumento seria válido somente se os ajustamentos de preços promovidos pelos setores competitivos não tivessem qualquer influência sobre os preços reais, ou seja, se a inflação permanecesse estável. Como, na realidade, as taxas de inflação têm crescido, somente duas explicações podem ser encontradas: os setores não-competitivos (incluindo os fornecedores) têm provocado aumentos desproporcionais de preços e/ou os preços têm sido pressionados fortemente do lado dos custos, seja pelo Governo (taxa de juro e preços públicos), seja pelo sindicalismo (reajustes salariais). Em nenhum dos casos, porém, as empresas competitivas podem ser incriminadas e, conseqüentemente, punidas.

Persiste, portanto, a alegação de que a política monetária restritiva vem sendo aplicada de forma a distorcer seus próprios objetivos, ao punir indiscriminadamente todos os segmentos econômicos. Uma correção de rumos seria necessária, por dois caminhos concorrentes. Um deles seria a discriminação dos custos financeiros entre os dois grupos de empresas, solução de aplicação difícil, embora hábil do ponto de vista político, já que baseada no prêmio e não na punição. A outra transferiria o papel discriminador para a política fiscal, aliviando pelo lado dos tributos a pressão exercida sob o aspecto financeiro.

Esta é uma questão fundamental — como outras que ameaçam hoje a economia do País —, que deveria ser levada à discussão no contexto do entendimento nacional. Para isto, é preciso que o Governo se despoje da posição defensiva em que se tem colocado e venha debater franca e abertamente, com a sociedade representada por trabalhadores e empresários, as qualidades e limitações do seu plano econômico. Somente dessa forma será afastada a imagem de que seu único objetivo, com o entendimento nacional, é encontrar um bode expiatório, sobre quem lançará a culpa por seus eventuais fracassos.

□ Alberto Veiga é engenheiro agrônomo, chefe da Assessoria Especial da Presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)